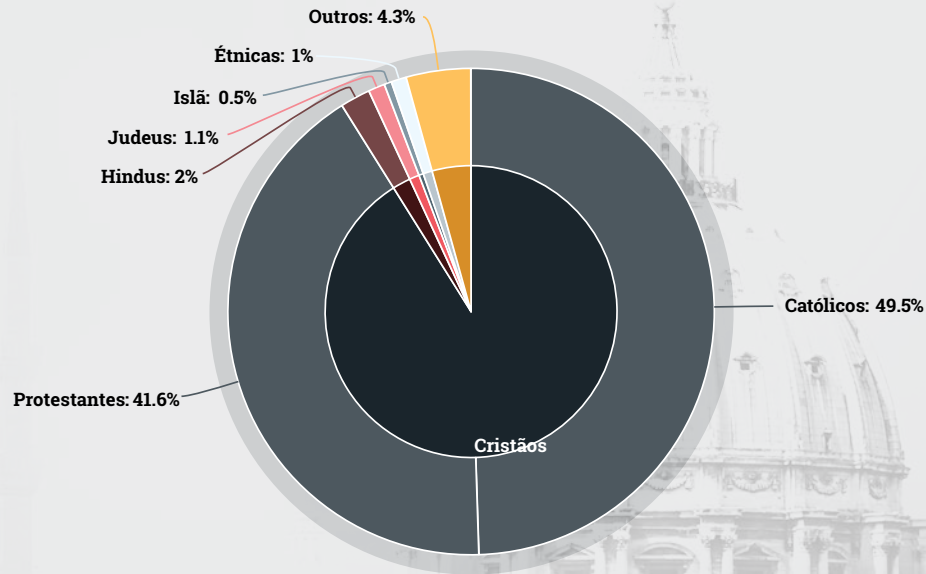
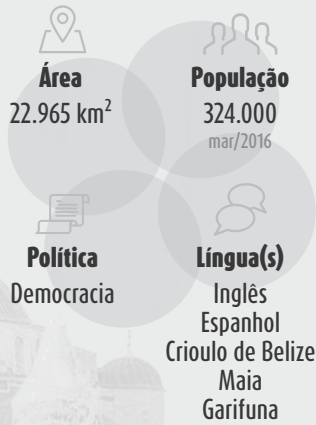


Belize



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O preâmbulo da Constituição do Belize reconhece a “supremacia de Deus” e a fé nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais. Esta Constituição é a lei suprema do estado. O país não tem religião oficial. A Constituição reconhece a dignidade da pessoa humana, afirmando que cada indivíduo tem direitos iguais e que estes são inalienáveis.

A Constituição garante o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, independentemente da raça, origem, opinião política, cor, credo ou sexo.

A liberdade de consciência é protegida, incluindo a liberdade religiosa e de pensamento, a liberdade de mudar de religião ou crença, e a liberdade de manifestar e propagar a própria religião ou crenças através do culto, do ensino, da prática e da observância, seja sozinho ou em comunidade, em público ou em privado. Ninguém pode ser forçado a prestar um juramento que seja contrário à sua religião.

As comunidades religiosas estão autorizadas a criar e a gerir os seus próprios estabelecimentos de ensino, desde que sejam elas próprias a mantê-los.

Para serem reconhecidos pelo Estado, os grupos religiosos devem registrar-se e pagar uma taxa. Contudo, as Igrejas e

outros lugares de culto estão isentos de impostos sobre a propriedade.^[1]

INCIDENTES

De acordo com o Relatório Internacional da Liberdade Religiosa de 2014 publicado pelo Departamento de Estado dos EUA, não houve casos de discriminação, perseguição ou intolerância no Belize durante este período.^[2]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

No Belize, a liberdade religiosa é protegida constitucionalmente. Tal como no período anterior, não foram registrados nenhuns incidentes de intolerância ou discriminação entre 2014 e 2016. As perspectivas para a liberdade religiosa mantêm-se positivas.

[1] <http://www.cdn.gov.bz/belize.gov.bz/images/documents/Belize%20Constitution%20Act%20Chap%204.pdf> (acessado em 2 de Março de 2016).

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238734.pdf> (acessado em 3 de Março de 2016).